

CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de S. Paulo Class.: Serui 12Data: 07/08/76 Pg.: 14

## Em RO, a Funai busca o diálogo com os posseiros

Da Sucursal e do  
enviado especial

O sertanista Apoena Meirelles enviou ontem, radiograma à Presidência da Funai, informando que hoje já estará se deslocando para o posto indígena 7 de Setembro em Aripuanã, Rondônia, onde, junto com técnicos do Incra e soldados da Polícia Federal, convocará uma reunião com os posseiros invasores da área indígena dos cintas-Largas e suruí. Nessa reunião, o sertanista deverá propor a remoção dessas famílias para uma outra área, que lhes será garantida pelo Incra, no próprio Território de Rondônia.

Ainda não foi definido o local para onde serão deslocados os colonos, existindo várias opções, que estão sendo estudadas pelo Incra e que dependerão do levantamento do número de colonos invasores a serem transferidos. Segundo a Funai, não se repetiram novos atritos entre índios e colonos na região, embora continue suspensa a demarcação da área indígena, trabalho que só será reiniciado pela firma Plantel quando for eliminado o clima de tensão no Aripuanã.

Extra-oficialmente, comenta-se que as 70 famílias de posseiros que se instalaram nas terras indígenas seriam transferidas para uma área "um pouco mais distante" que a Funai se comprometeu a liberar.

Os colonos poderiam, então, fazer a colheita de todos os seus plantios, mas, passada a época da safra, teriam que sair imediatamente da área indígena. Não ficou definido ainda se as benfeitorias por eles criadas serão indenizadas e quem pagará essa indenização. Há uma divergência sobre esse ponto: alguns setores acham que a legislação é bem clara ao estabelecer que as benfeitorias existentes em áreas indígenas não têm direito a indenização e

que, portanto, os agricultores que estão dentro da área dos suruí são invasores e não posseiros. Mas há outros setores achando que o pagamento da indenização terá o mérito de diminuir o clima de tensão entre colonos e índios.

### PERIGO

É uma argumentação baseada na extrema gravidade já caracterizada no local, mas técnicos ligados à Funai acham que sua generalização é perigosa: "Os posseiros podem ser estimulados a invadir áreas indígenas sabendo que ao serem expulsos delas receberão indenizações", comentou um técnico.

A preocupação do lado da Funai é com a integridade da área que demarcará para os suruí: ela teme que qualquer concessão feita agora torne inseguros os limites do parque a médio prazo, impossibilitando a manutenção da área reservada.

Mesmo para os colonos, porém, essa constitui uma solução de curta duração e, no momento, difícil de por em prática. É quase certo que eles não aceitarão pacificamente serem instalados nas novas áreas que lhes serão destinadas, porque elas ficam a mais de 35 quilômetros longe da BR-364 e ainda não têm acesso. Além disso, perderão — e sem indenização, segundo parece — as lavouras que vêm formando desde 1974 (a produção de arroz já é considerável e alguns dos colonos também plantaram café).

Mesmo antes de se instalar o atual clima de tensão, esses lavradores já haviam dito a alguns técnicos que não sairiam das terras que ocupavam, "nem mortos". É provável que uma parte dos colonos tenha tomado conhecimento de que aquela área, por onde sempre passaram índios suruí na direção de um posto que a Funai mantém nas margens da BR-364, não poderia ser ocupada, mas isso nunca foi claramente estabelecido.